

**EPR Iguaçu S.A.**  
**(anteriormente denominada EPR 3**  
**Participações S.A.)**

Demonstrações financeiras  
Período de 18 de outubro a 31 de  
dezembro de 2024  
com Relatório do Auditor Independente

**EPR Iguaçu S.A.**  
(anteriormente denominada EPR 3 Participações S.A.)

Demonstrações financeiras

Período de 18 de outubro a 31 dezembro de 2024

**Índice**

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	10
Balanço patrimonial .....	15
Demonstração do resultado .....	17
Demonstração do resultado abrangente.....	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	19
Demonstração dos fluxos de caixa .....	20
Demonstração do valor adicionado .....	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	22



EPR Iguazu S.A.

## Relatório da Administração 2024

## Relatório da Administração 2024

Cascavel (PR), 15 de julho de 2025 – A EPR Iguaçu S.A. (“Companhia” ou “EPR Iguaçu”) divulga seus resultados referente ao período de 18 de outubro a 31 de dezembro de 2024.

### EPR Iguaçu S.A.

A EPR Iguaçu S.A. foi constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025.

O Contrato de Concessão nº 05/2024 estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à Companhia o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

Em 16 de maio de 2025, a companhia deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico. A cobrança de tarifa de pedágio teve início no dia 28 de junho de 2025, após o cumprimento das seguintes condições: reforma das praças de pedágio existentes, eliminação de buracos, revitalização da sinalização horizontal e vertical em pontos críticos, instalação de placas indicativas de atendimento telefônico ao usuário e remoção da vegetação ao longo das rodovias.

A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos:

- (i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próximo ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, passando por Cascavel; e
- (ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado, passando pela cidade de Francisco Beltrão.

A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes e 3 a serem implantadas. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários.

A principal fonte de receita da Companhia será a arrecadação de tarifas de pedágio, receitas extraordinárias e as correspondentes receitas financeiras delas decorrentes. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.

## Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora indireta da EPR Iguaçu, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões de rodovias federal no Estado do Paraná.

## Destaques

### Início

O Grupo EPR arrematou o processo licitatório no dia 19 de dezembro de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 11 de abril de 2025.

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

### Receita

A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024 e a cobrança de pedágio não havia iniciado até 31 de dezembro de 2024. Apresentamos a receita apurada abaixo:

Receita (R\$ mil)	2024
Receita Bruta	3.532
Receita de serviços de construção	3.532
Receita Líquida	3.532

A receita líquida com serviços de construção totalizou R\$ 3,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2024.

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	2024
Custo de serviços de construção	(3.532)
Serviços de terceiros	(10.265)
Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas	(13.797)

Em 31 de dezembro de 2024, os custos de serviços de terceiros foram de R\$ 10,3 milhões de um total de R\$ 13,8 milhões, representando 74,4% do total de custos e despesas operacionais.

## EBITDA

O EBITDA totalizou -R\$ 10,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2024, em função da fase pré-operacional da Companhia.

EBITDA (R\$ mil)	2024
Receita líquida	3.532
Receita de construção	(3.532)
Receita Líquida Ajustada	0
Custos operacionais	(3.532)
Despesas operacionais	(10.265)
Custos de construção	3.532
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(10.265)
EBIT	(10.265)
Depreciação e amortização	-
EBITDA	(10.265)
Margem EBITDA ajustada	0,0%

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do prejuízo líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	2024
Prejuízo Líquido	(10.265)
(+) IR e CS - correntes e diferidos	-
(+) Resultado financeiro	-
(+) Depreciação e amortização	-
EBITDA	(10.265)

## CAPEX

CAPEX	2024
Infraestrutura em construção	3.532
TOTAL	3.532

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia desembolsou R\$ 3,5 milhões em obras nos pavimentos, reparo e substituição de placas danificadas com o objetivo de restabelecer os níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho.

## Prejuízo Líquido

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um prejuízo líquido de -R\$ 10,3 milhões.

## Governança Corporativa

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

### Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

### Declaração da Administração

A Administração da EPR Iguaçu S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 18 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

### Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.532
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(3.532)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	
Despesas gerais e administrativas	(10.265)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(10.265)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	(10.265)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-
PREJUÍZO DO PERÍODO	(10.265)
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	(102,65)

## Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	0	Partes relacionadas	13.797
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>0</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>13.797</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Infraestrutura em construção	3.532		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.532</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>	
		Capital social	0
		Prejuízos acumulados	(10.265)
		<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>	<b>(10.265)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.532</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.532</b>

## Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração do fluxo de caixa (em R\$ mil)

31/12/2024

### FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prejuízo antes dos tributos (10.265)

Aumento (redução) dos passivos operacionais:

Partes relacionadas 13.797

Caixa gerado pelas atividades operacionais 3.532

### FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de itens de infraestrutura em construção (3.532)

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (3.532)

AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 0

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 0

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO 0



Shape the future  
with confidence

Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º andar - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da  
**EPR Iguaçu S.A.**  
Cascavel – PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EPR Iguaçu S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 18 de outubro de 2024 (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future  
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção***

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 2.3 e 5 às demonstrações financeiras.

A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 e 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future  
with confidence**

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 18 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de julho de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-027623/F

A handwritten signature in purple ink, enclosed in a purple oval. The signature appears to read 'José Antonio de Andrade Navarrete'.

José Antonio de Andrade Navarrete  
Contador CRC SP-198698/O

# EPR Iguaçu S.A.

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2024</u>
<b>ATIVOS</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalente de caixa		<u>0</u>
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<u>0</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Infraestrutura em construção	5	<u>3.532</u>
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<u>3.532</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>3.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Partes relacionadas	6	13.797
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>13.797</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>13.797</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>	7	
Capital social		0
Prejuízos acumulados		(10.265)
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		<b>(10.265)</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>		<b>3.532</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

## Demonstração do resultado

Período de 18 de outubro até 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	8	3.532
Custo dos serviços prestados	9	(3.532)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	9	(10.265)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(10.265)</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>(10.265)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	4	<b>-</b>
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(10.265)</b>
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	10	<b>(102,65)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Período de 18 de outubro até 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

	<u>2024</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(10.265)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b><u>(10.265)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 18 de outubro até 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 18 de outubro de 2024	7	-	-	-
Prejuízo do período		-	(10.265)	(10.265)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		<u>-</u>	<u>(10.265)</u>	<u>(10.265)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa

Período de 18 de outubro até 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes dos tributos		(10.265)
Aumento dos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	6	13.797
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b><u>3.532</u></b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	5	(3.532)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b><u>(3.532)</u></b>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>0</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		0
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		<b><u>0</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Período de 18 de outubro até 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>
<b>RECEITAS</b>		
Receita dos serviços de construção	8	3.532
		<u><b>3.532</b></u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo dos serviços de construção	9	(3.532)
Outras despesas	9	(10.265)
		<u><b>(13.797)</b></u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u><b>(10.265)</b></u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<u><b>(10.265)</b></u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>		<u><b>(10.265)</b></u>
Prejuízo do período		(10.265)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

A EPR Iguaçu S.A. (“EPR Iguaçu” ou “Companhia”), anteriormente denominada EPR 3 Participações S.A., é uma sociedade anônima de propósito específico e estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Aracy Tanaka Biazetto, 11458, bairro Pioneiros Catarinenses, Cascavel – PR, Brasil.

Constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025.

O Contrato de Concessão nº 05/2024 estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à Companhia o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

A principal fonte de receita da Companhia será através da tarifa de pedágio e receitas extraordinárias. Como mencionado na nota explicativa nº 13, a arrecadação de tarifas de pedágio teve seu início em 28 de junho de 2025. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de abril.

A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos: (i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próximo ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu; e (ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado.

A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes, em reforma, e 3 a serem implantadas. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários. A concessionária tem como principais obrigações, conforme o contrato de concessão:

- Recuperação e manutenção do sistema rodoviário e dos serviços prestados;
- Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais;
- Obras de melhoria envolvendo implementação de acostamentos, vias marginais, travessias de pedestres, pontos de ônibus, melhorias de acessos, correção de curvas críticas, entre outras; e
- Obras de contornos em trechos urbanos, visando a adequação da rodovia por meio de contorno de trecho urbanos.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## Segmento Operacional

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

## Capital Circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava excedente de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 13.797.

Os passivos de curto prazo da Companhia são com partes relacionadas, os quais estão previstos para serem liquidados em 2025. Desconsiderando os saldos a pagar para partes relacionadas, o capital circulante da Companhia não é negativo.

Como parte de sua estratégia de fortalecimento da estrutura de capital e suporte à continuidade operacional, em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 580.000. A 1ª série, no valor de R\$ 400.000, foi integralizada em 17 de abril de 2025 (nota explicativa nº 13), revertendo o capital circulante negativo em positivo.

## 2. Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 15 de julho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem efeito mais significativo nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

### (i) Capitalização de gastos de infraestrutura em construção

A capitalização em infraestrutura em construção e ativo intangível é o processo contábil no qual a Companhia registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que a companhia distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, por ainda se encontrar em fase pré-operacional, a Companhia não tinha valores capitalizados em ativo intangível.

### (ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível

A Companhia realizará o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, por ainda se encontrar em fase pré-operacional, a Companhia não reconheceu em suas demonstrações financeiras ativo intangível, e, conseqüentemente não incorreu amortização até a data das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## (iii) Receita de construção

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que a Companhia realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. A Companhia entende que as contratações de serviços de construção são feitas a preços de mercado, razão pela qual não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

## 2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 12.

## 3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo.

### 3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### 3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

##### Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

## Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

## (ii) Mensuração subsequente

### Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

## Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

## (iii) Desreconhecimento

### Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### (iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### 3.3 Infraestrutura em construção

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, serão transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

Para o âmbito da concessão, a infraestrutura referente ao contrato de concessão será registrada dentro do intangível da Companhia, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

### 3.4 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos da Companhia. .

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

### (i) Ativos financeiros não-derivativos

#### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito a Companhia realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

#### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

## Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial

A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

## Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

### (ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

## 3.6 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não será registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. O contrato prevê apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

## 3.7 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

## 3.8 Capital social

### (i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

## 3.9 Imposto de renda e contribuição social

### (i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

### (ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## (iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

## 3.10 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, a Companhia é enquadrada no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço.

## 3.11 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

## 3.12 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.13 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

## 3.14 Eventos após o período do relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

## 3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) – Especificação de requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém (equivale ao CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e introdução de uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses (equivale ao CPC 26 (R1)); e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores – Esclarecimento das características de acordos de financiamento de fornecedores e exigência de divulgações adicionais desses acordos com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade (equivale ao CPC 40 (R1)).

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Imposto de renda e contribuição social

### a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período de 18 de outubro a 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>2024</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.265)
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>3.490</u>
Ajustes para alíquota efetiva	
Adições/exclusões permanentes	(3.490)
<b>Total</b>	<u>-</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u><b>0%</b></u>

## 5. Infraestrutura em construção

	<u>Intangível em andamento</u>
Saldo em 18 de outubro de 2024	-
(+) Adições (a)	3.532
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<u><b>3.532</b></u>

a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de estâmodo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho.

## 6. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	<u>2024</u>
<b>Passivo circulante</b>	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Participações S.A. (a)	13.797
<b>Total de passivos com partes relacionadas</b>	<u><b>13.797</b></u>

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o período findo de 18 de outubro a 31 de dezembro 2024, a Companhia realizou transações de compartilhamento de despesas administrativas com empresas do mesmo grupo econômico sem efeito caixa no referido período.

	<u>Passivo</u>
Saldo em 18 de outubro de 2024	-
(+) Compartilhamento de custos	13.797
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>13.797</u></b>

## 7. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Sócios	Tipo de ação	2024		
		Quantidade de ações	R\$	%
EPR Participações S.A.	Ordinárias	99	-	99,00%
EPR Infraestrutura PR S.A.	Ordinárias	1	-	1,00%
		<b><u>100</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>

## 8. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>
<b>Receitas operacionais</b>	
Receita de serviços de construção	3.532
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>3.532</u></b>

## 9. Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>
<b>Custos e despesas</b>	
Custo de serviços de construção	(3.532)
Serviços de terceiros	(10.265)
<b>Total</b>	<b><u>(13.797)</u></b>
Custo dos serviços prestados	(3.532)
Despesas gerais e administrativas	(10.265)

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 10. Resultado por ação

	<u>2024</u>
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(10.265)
Média ponderada das ações ordinárias	100
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	<b><u>(102,65)</u></b>

## 11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não figurava como parte demandada em quaisquer processos judiciais ou administrativos, tampouco havia contingências que exigissem constituição de provisões contábeis nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Partes relacionadas (Nota 6)	13.797	-	-	13.797
<b>Total</b>	<b>13.797</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.797</b>

## c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## d) Risco regulatório

O Contrato de Concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da Companhia, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a Companhia e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da Companhia em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à Companhia pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da Companhia, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a Companhia poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A Companhia poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à Companhia, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

## e) Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

### Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Classificação	2024	
		Contábil	Valor Justo
<b>Passivo</b>			
Partes relacionadas (Nota 6)	2	13.797	13.797
		<b>13.797</b>	<b>13.797</b>

A classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

## 13. Eventos subsequentes

### • Aumento de capital social

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência da totalidade das ações ordinárias dos acionistas EPR Participações S.A. e EPR Infraestrutura PR S.A. para a EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 689.999.900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 690.000. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 334.000.

Em 30 de abril de 2025, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Companhia é de R\$ 334.000 (totalmente integralizado pelo valor de R\$ 100,00 (cem reais) em 31 de dezembro de 2024).

### • 1º Emissão de debêntures

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028.

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O montante total da emissão foi de R\$ 580.000, sendo a 1ª série no montante de R\$ 400.000 e a 2ª série no montante de R\$ 180.000. A emissão foi destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM 160/2022. Os recursos captados são com o objetivo de realizar os investimentos estimados, assim como fortalecer a sua estrutura financeira.

A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026.

- Assinatura do contrato de concessão e início da cobrança de pedágio

Em 11 de abril de 2025, foi celebrado o "Contrato nº 05/2024" com a Agência Nacional de Transportes ("ANTT").

Em 16 de maio de 2025, a companhia deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico sem a cobrança da tarifa de pedágio, fato previsto para o 2º trimestre de 2025.

Em 28 de junho de 2025, a Companhia deu início às suas atividades operacionais com a geração de receita por meio da cobrança de pedágios.

- Compromissos

A Companhia, a partir da assinatura do contrato, firmou compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e
- Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 18.962.740, sendo R\$ 13.269.336 destinados à expansão e melhorias e R\$ 5.693.404 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 462 quilômetros de pistas, a implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais e 87 quilômetros de vias marginais.

Além do estabelecido acima, a Companhia também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da Companhia em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo

# EPR Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);

A Companhia também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	<b>R\$</b>
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER	543.943
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER até o 27º ano de concessão	271.972
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	543.943